

Setúbal acha que a suspensão dos pagamentos provocaria catástrofe

PAULO FIGUEIREDO

SÃO PAULO — A suspensão do pagamento da dívida externa aos bancos credores e a declaração de moratória pelo Governo brasileiro seria medida catastrófica e que certamente levaria o Brasil a uma crise econômica sem precedentes em toda a sua história. A advertência foi feita pelo Vice-presidente executivo do Grupo Duratex, Laerte Setúbal, apontado como uma das principais lideranças empresariais do País, principalmente na área de comércio exterior.

Para Setúbal, não passa de ilusão dos políticos acreditar que a decretação da moratória representaria alívio para o País, na medida em que o Governo deixaria de pagar juros aos credores.

Ex-presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), Laerte Setúbal considera que o Governo brasileiro perdeu excepcional oportunidade para renegociar a dívida, externa com os credores logo após o Plano Cruzado. Ele acredita que as conversações com os banqueiros serão muito difíceis, principalmente com o Clube de Paris, que não concorda em reescalonar a dívida sem o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao analisar o Cruzado II, o Vice-presidente da Duratex observou que o Governo errou ao manter os preços relativos por muito tempo congelados.

O GLOBO — Cresceram muito nos últimos dias os rumores sobre a possibilidade de o Governo decretar moratória. O senhor acredita nessa hipótese?

SETUBAL — Não acredito nessa possibilidade, pois as declarações das autoridades, em especial do Ministro Dilson Funaro, foram no sentido de que o Governo pretende negociar até o fim com os credores.

— O pedido de moratória não beneficiaria o Brasil?

SETUBAL — De maneira nenhuma. Seria medida catastrófica para o



“É preciso acabar com esta ilusão de que a a moratória unilateral melhoraria a receita”

LAERTE SETUBAL

País, pois as consequências de uma moratória seriam muito mais negativas do que favoráveis à nossa economia. É preciso acabar com essa ilusão criada pelos políticos de que a suspensão unilateral do pagamento da dívida representaria melhoria imediata de receita para o Governo e, portanto, para a população. A consequência imediata do pedido de moratória seria que o Brasil teria de passar a pagar adiantado e à vista para poder importar qualquer produto. Não poderíamos mais importar carne e outros alimentos sem queimar de forma violenta as nossas reservas e teríamos de suspender a importação de maquinário, fundamental para que a economia brasileira possa crescer.

— Para o senhor então a moratória é uma medida recessiva?

SETUBAL — Não tenho a menor dúvida. Se o Brasil pedisse moratória certamente o País caminharia ra-

pidamente para uma crise econômica sem precedentes na sua história.

— Qual a sua opinião sobre o Cruzado II?

SETUBAL — O problema do Cruzado II, da recepção negativa das medidas pela sociedade, deveu-se basicamente à demora do Governo agir ao iniciar o processo de reajuste dos preços relativos da economia. Uma vez que não houve qualquer recomodação dos preços relativos desde março até novembro cristalizaram-se situações gritantes de distorções na economia.

Esses ajustes eram vistos pelos pais do Cruzado como sinal de fraqueza quando seria exatamente o contrário. O período de congelamento foi muito maior do que se esperava. Se o Plano Cruzado promoveu o aquecimento excessivo da demanda, problema que foi identificado pouco tempo após a aplicação da reforma econômica, o Governo tinha obrigação de adotar medidas a curto prazo para corrigir as distorções e não esperar nove meses e deixar passar as eleições para atacar o problema. A consequência é que, quando resolveu enfrentar o problema, a dose do remédio teve de ser maior.

— Na área de comércio exterior, como o senhor analisa as medidas de estímulo à exportação?

SETUBAL — Acho que as medidas nessa área foram tímidas. Eu entendo que as medidas foram importantes no sentido de sinalizar aos exportadores que o Governo está preocupado em criar novos estímulos para aumentar as vendas ao exterior. No entanto, considero que as minidesvalorizações diárias são insuficientes para aumentar as exportações a curto prazo. Para mim, se é intenção do Governo em retomar as vendas externas aos níveis dos últimos anos será necessário acelerar bem mais o ritmo das desvalorizações cambiais.

— Em outubro, o superávit comercial foi de apenas US\$ 210 milhões e em novembro se fala em

saldo ainda menor ou até mesmo déficit.

SETUBAL — Ao que tudo indica a balança comercial brasileira está se deteriorando rapidamente. As informações que eu tenho e que são baseadas em estudos feitos pela Funcex é de que o superávit comercial este ano ficará bem abaixo de US\$ 10 bilhões. Para quem, como o Governo, esperava, no começo de 1986, saldo de US\$ 12,5 bilhões e depois disse que se conformava com US\$ 11 bilhões, esta perda de US\$ 2,5 bilhões será realmente sentida. Ainda mais no momento em que as reservas cambiais estão também caindo de forma preocupante, o que é outro ponto muito delicado e que o Governo terá de resolver para poder sentar com mais tranquilidade na mesa com os nossos credores. Sem reservas em níveis adequados, e saldo comercial declinando, o Governo certamente terá menos cacife para negociar com posição de força diante os banqueiros.

— Como o senhor viu essa nova mudança do índice de cálculo da inflação pelo Governo?

SETUBAL — O impacto mais negativo do Cruzado II foi, sem dúvida a decisão do Governo em mudar novamente o índice de cálculo da inflação. A criação desse IPC restrito gerou sensação de esbulho para a sociedade. Foi um erro. O Governo já havia mexido demais nessa área: primeiro tirou o Índice Geral de Preços (IGP), medido pela Fundação Getúlio Vargas, para passar a medir a inflação pelo INPC calculado pelo IBGE; depois criou esse IPCA e agora volta para o IBC restrito. Virou tudo uma bagunça, e a consequência mais grave é que os agentes econômicos perderam totalmente a confiança no índice como sinalizador do comportamento da inflação. Hoje, a gente tem claro que foi erro permitir que o Governo calculasse a inflação através do IBGE, pois são grandes as pressões para manipulação dos índices.